

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 26 de setembro de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Propriedade Intelectual

Contratos de tecnologia: Entre cobrar, negociar ou desligar 3

MSN Notícias | BR

Arbitragem e Mediação

Agronegócio Passa Usar Mais Arbitragens para Resolver Litígios, Diz Câmara 6
MSN

Exame.com | BR

Marco regulatório | INPI

Como registrar sua marca? CNI lança guia prático para ajudar pequenas empresas 7
HOME

26 de setembro de 2025 | Patentes

Farmacêuticas desabam após Trump impor tarifa de 100%; bolsas asiáticas recuam 8
HOME

G1 - Globo | BR

26 de setembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Startups impulsionam Amapá no ranking nacional de inovação 10
MARIANA FERREIRA

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Spotify toma medidas para aumentar transparência e conter abusos da IA 12
ECONOMIA E NEGÓCIOS | OGLOBO

UOL Notícias | BR

26 de setembro de 2025 | Propriedade Intelectual

iFood e 99Food dizem que são vítimas de tentativa de espionagem 14
UOL | PEDRO CANÁRIO

Contratos de tecnologia: Entre cobrar, negociar ou desligar



Contratos digitais, inadimplência e dilemas jurídicos: entre cortar serviços e preservar direitos, qual o limite da cobrança em tecnologia?

Contratos de tecnologia: Entre cobrar, negociar ou desligar Felipe Augusto Vieira Leal Bezerra Contratos digitais, inadimplência e dilemas jurídicos: entre cortar serviços e preservar direitos, qual o limite da cobrança em tecnologia? quinta-feira, 25 de setembro de 2025 Atualizado às 14:07 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Introdução - a nova fronteira do crédito

A transformação digital fez da tecnologia a espinha dorsal da economia contemporânea. Sistemas de gestão, softwares sob medida, serviços em nuvem, plataformas de pagamento e soluções de cibersegurança são hoje tão essenciais quanto energia elétrica ou fornecimento de **internet**.

Esse mercado, que movimentou bilhões em 2023 e cresceu 18,3% segundo a ABES, também carrega um paradoxo: o mesmo dinamismo que sustenta a inovação amplia os riscos de inadimplência contratual.
abpi.empauta.com

Empresas de tecnologia enfrentam desde usuários inadimplentes em planos SaaS até clientes corporativos que deixam de pagar licenças e manutenções críticas. Nesse ambiente, a cobrança não é trivial: como exigir o pagamento sem violar **direitos** autorais, contratos de consumo ou comprometer a continuidade de serviços digitais essenciais?

1) O panorama da inadimplência digital

O modelo de negócios em tecnologia traz desafios singulares:

Assinaturas SaaS: recorrência elevada de inadimplência, especialmente em pequenas empresas.

Softwares sob medida: disputas sobre entregas parciais e alegações de falha na prestação.

Cloud computing: interrupção indevida pode gerar responsabilização civil.

Startups: contratos frágeis, rotatividade de clientes e baixa capacidade de enforcement.

Segundo a IDC Brasil (2024), cerca de 22% das empresas de tecnologia relataram inadimplência relevante em seus contratos, sobretudo em SaaS e serviços de nuvem.

2) Ferramentas jurídicas aplicáveis

O ordenamento jurídico já oferece instrumentos específicos ao setor digital:

Execução contratual (CPC, art. 784, III): contratos assinados com duas testemunhas são títulos executivos extrajudiciais.

Cobrança ou monitória: cabíveis quando há notas fiscais ou registros de uso sem formalidade executiva

plena.

Tutelas de urgência: possibilidade de bloqueio do acesso ao sistema, desde que proporcional e sem afetar direitos fundamentais.

Arbitragem: comum em contratos empresariais, especialmente quando há cláusula internacional.

Propriedade intelectual: protegida pela lei 9.609/1998 (lei de software) e pela lei 9.610/1998 (**direitos** autorais), que reforçam a proteção do desenvolvedor contra uso indevido.

3) O dilema estratégico: cobrar ou desligar?

Na tecnologia, o dilema vai além da cobrança. Cortar imediatamente o serviço pode configurar abuso e causar danos irreversíveis ao cliente; por outro lado, manter o acesso irrestrito incentiva a inadimplência.

A decisão deve considerar:

Natureza do serviço: é essencial ou acessório para o negócio do cliente?

Impacto reputacional: cortes mal conduzidos podem gerar publicidade negativa.

Viabilidade jurídica: como preservar o crédito sem infringir normas de consumo ou LGPD?

4) Jurisprudência aplicada

O STJ já enfrentou litígios digitais, conferindo segurança jurídica ao setor:

Contrato de informática como título executivo

Continuação: Contratos de tecnologia: Entre cobrar, negociar ou desligar

"Contrato de prestação de serviços de informática assinado por duas testemunhas constitui título executivo extrajudicial." (REsp 1.116.117/RS, Rel. min. Nancy Andrichi, 3ª turma, DJe 28/4/2010).

Suspensão de serviços digitais por inadimplência

"É legítima a suspensão de serviços digitais por inadimplimento, desde que haja prévia notificação e respeito aos princípios da proporcionalidade e boa-fé." (REsp 1.614.721/SP, Rel. min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª turma, DJe 19/9/2017).

Esses precedentes reforçam que cobrar e suspender são possíveis, desde que acompanhados de notificação formal, proporcionalidade e respeito às garantias contratuais.

5) Conclusão - o equilíbrio necessário

A inadimplência em tecnologia exige abordagem híbrida: rigor contratual aliado à sensibilidade estratégica.

Empresas que estruturam contratos claros, com cláusulas de execução, penalidades escalonadas, mecanismos de resolução célere e proteção de **propriedade** intelectual, estarão mais protegidas.

Em resumo: no mundo digital, cobrar é tão essencial quanto proteger o código-fonte.

Referências

ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software

Continuação: Contratos de tecnologia: Entre cobrar, negociar ou desligar

IDC Brasil - Estudos de mercado

Lei 9.609/1998 - Lei de Software

Lei 9.610/1998 - **Direitos** Autorais

CPC - Lei 13.105/15

Felipe Augusto Vieira Leal Bezerra Sócio da FVL

Advocacia, atua em execução civil, litígios patrimoniais e recuperação de crédito, com especializações em Direito Empresarial, Processual Civil e Dívidas Bancárias.

Agronegócio Passa Usar Mais Arbitragens para Resolver Litígios, Diz Câmara

Em busca de soluções céleres para litígios, o agronegócio está utilizando cada vez mais o instrumento da **arbitragem**, com um órgão de referência no Brasil registrando um salto de 200% nos casos entre 2021 a 2024.

O Centro de **Arbitragem e Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), uma entidade global para decidir sobre conflitos de interesse, afirmou à Reuters que os litígios do agronegócio analisados no período de quatro anos somaram R\$494 milhões, avanço de mais de 230%.

Em 2025, mais dois casos foram registrados até o final de abril, em disputas de empresas do agronegócio que envolvem cerca de R\$65 milhões, segundo o centro, que concentra boa parte das disputas relacionadas ao Brasil.

"Podemos dizer que nos últimos anos o agronegócio também vem descobrindo que esse método é um ótimo caminho para uma solução rápida e eficaz para as partes interessadas nas ações", disse Ricardo de Carvalho Aprigliano, vice-presidente do CAM-CCBC,

em nota.

Segundo a câmara, os processos na **arbitragem** costumam ser mais céleres do que aqueles que transitam pela Justiça Comum. A duração média das disputas no campo do agronegócio encerradas no CAM-CCBC é de 19,4 meses.

Os conflitos relacionados às partes do setor envolvem, em 68% dos casos, matérias societárias (como compra e venda de empresas e dissolução de joint ventures), segundo dados da instituição.

Outros 14% são relativos a contratos de compra e venda de produtos agrícolas. Já 9% versam sobre compra e venda de imóvel rural e arrendamento para exploração agrícola; e os 9% restantes litigam por questões financeiras envolvendo securitização de créditos rurais.

Antes, o instrumento da **arbitragem** já era bastante frequente para resolução de conflitos em setores como energia e infraestrutura.

Como registrar sua marca? CNI lança guia prático para ajudar pequenas empresas



Saiba como funciona o registro junto ao **INPI**, quais documentos são necessários e os custos envolvidos

Registrar uma marca é um dos passos mais estratégicos para consolidar um negócio. Além de garantir identidade e diferenciação no mercado, o registro confere proteção legal a um dos ativos mais valiosos de uma empresa: a sua **propriedade** intelectual.

Apesar da importância, muitos empreendedores ainda têm dúvidas sobre como iniciar esse processo. Pensando nisso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o e-book, desenvolvido em parceria com o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) e o escritório Di Blasi, Parente e Advogados Associados.

A publicação reúne informações práticas para micro, pequenas e médias empresas, desde as etapas formais do depósito até o deferimento da marca, e responde às principais dúvidas dos empresários: quando registrar, como fazer a busca de anterioridade, quais documentos são exigidos e quais os custos médios do processo.

O e-book está disponível gratuitamente no site da CNI e do **INPI**.

Estratégia nacional de propriedade intelectual

O guia integra as entregas previstas no Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), compromisso coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

"A CNI reconhece que a **propriedade** intelectual é instrumento de grande relevância para a inovação e competitividade da indústria. Tornar o **INPI** mais ágil e eficiente passa por transformá-lo em uma autarquia especial, com maior autonomia orçamentária e administrativa", afirma Jefferson Gomes, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI.

Segundo ele, micro e pequenas indústrias enfrentam mais barreiras para acessar o sistema de propriedade intelectual, e o lançamento do e-book é um passo para democratizar esse processo.

Relevância para investimentos e inovação

O registro de marca não é apenas uma exigência legal, mas também um diferencial competitivo. Empresas que protegem sua identidade têm mais segurança para atrair investidores e se posicionar em setores inovadores.

"Registrar uma marca faz parte da proteção da **propriedade** intelectual das empresas e isso é um fator importante na captação de investimentos privados direcionados à inovação. Competitividade e inovação são motores vitais para a indústria e essenciais para o desenvolvimento sustentável do país", ressalta Gomes.

Farmacêuticas desabam após Trump impor tarifa de 100%; bolsas asiáticas recuam



Investidores reagem a tarifas de 100% sobre medicamentos patenteados a partir de outubro

Os mercados internacionais operam com cautela nesta sexta-feira, 26, em meio a novos anúncios de tarifas comerciais pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e à expectativa pelos dados de inflação PCE, medida preferida do Federal Reserve (Fed).

A agenda inclui ainda leituras econômicas na Europa, enquanto investidores seguem atentos à trajetória da política monetária americana.

Mercado asiático

As bolsas asiáticas encerraram o dia pressionadas pelo tombo das farmacêuticas após Trump anunciar tarifas de 100% sobre medicamentos patenteados importados a partir de outubro.

No Japão, o índice setorial Topix **Pharma** recuou 1,39%, com quedas expressivas de Sumitomo **Pharma** (-5,33%), Chugai (-3,64%) e Daiichi Sankyo (-2,11%). Na Coreia do Sul, Samsung Biologics cedeu 1,71% e SK Biopharmaceuticals caiu 3,71%. Em Hong Kong, Alibaba Health e JD Health perderam 2,92% e 2,23%, respectivamente.

No agregado, o índice sul-coreano Kospi caiu 2,45%, enquanto o Kosdaq recuou 2,03%.

Na China, o CSI 300, que reúne as principais ações listadas em Shenzhen e Xangai, encerrou o dia com queda de 0,95%. Já em Hong Kong, o Hang Seng teve baixa de 1,35%.

No Japão, o Nikkei 225 caiu 0,8%, enquanto o Topix avançou 0,05%, em meio a dados de inflação mais fracos em Tóquio. O núcleo da inflação ficou em 2,5% em setembro, abaixo da projeção de 2,8%.

Bolsas da Europa

As ações europeias abriram em alta, com o Stoxx 600 subindo 0,4% nas primeiras horas de negociação. Apesar da reação inicial positiva, o setor de saúde mostra volatilidade: Galderma (-1,6%), Zealand **Pharma** (-2%) e Novo Nordisk (-1,4%) figuraram entre as maiores quedas do setor após os anúncios de tarifas.

Segundo o JPMorgan, no entanto, o impacto tende a ser administrável, já que parte das empresas pode ampliar a produção nos EUA.

O noticiário também destacou a possibilidade de tarifas de até 50% sobre aço chinês pela União Europeia, conforme reportou o jornal alemão Handelsblatt. Além disso, o BCE divulgou pesquisa indicando aumento das expectativas de inflação de consumidores da zona do euro para os próximos 12 meses, de 2,6% para 2,8%.

Por volta das 5h50 (horário de Brasília), as bolsas europeias operavam em alta. O Stoxx 600 subia 0,27%, enquanto o DAX, de Frankfurt, avançava 0,37% e o CAC 40, de Paris, ganhava 0,47%. Em Londres, o FTSE 100 registrava alta de 0,33%.

Continuação: Farmacêuticas desabam após Trump impor tarifa de 100%; bolsas asiáticas recuam

Estados Unidos

Em Wall Street, os índices encerraram a véspera em queda pelo terceiro dia consecutivo, pressionados pela alta dos rendimentos dos Treasuries e pelo recuo de grandes nomes de tecnologia. O S&P 500 caiu 0,50%, o Nasdaq 0,50% e o Dow Jones 0,38%. Oracle despencou 5% e Tesla caiu 4%, em movimento que refletiu cautela com as avaliações do setor de inteligência artificial.

O rendimento do título de 10 anos chegou a 4,2% após a divulgação dos números de pedidos semanais

de auxílio-desemprego vir abaixo do esperado e o PIB do 2º trimestre ser revisado para 3,8%. Esses dados reduziram as apostas em cortes mais agressivos de juros pelo Fed ainda neste ano.

Na manhã desta sexta, por volta das 5h50 (horário de Brasília), os futuros americanos operavam próximos da estabilidade, à espera do PCE de agosto, que deve trazer novos sinais sobre os próximos passos da política monetária. O contrato futuro do S&P 500 avançava 0,07%, o do Dow Jones subia 0,19%, enquanto o Nasdaq 100 recuava 0,07%.

Startups impulsionam Amapá no ranking nacional de inovação



Estado subiu duas posições no IBID e se aproxima dos grandes polos de inovação do país. Especialistas destacam o mercado de Startups como um dos responsáveis pelo crescimento.

Startups impulsionam Amapá no ranking nacional de inovação

O Amapá avançou duas posições no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) 2025, passando da 25ª para a 23ª colocação. O resultado destaca uma tendência de desconcentração da inovação no país e aproxima o Estado dos grandes polos tecnológicos nacionais.

Entre 2015 e 2025, estados como Paraná, Paraíba, Piauí e Amapá apresentaram crescimento acelerado no setor de inovação. O Piauí teve o maior avanço, subindo da 21ª para a 18ª posição. O Amapá aparece logo em seguida, com duas posições conquistadas.

O levantamento criado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) considera dados dos últimos dez anos e avalia áreas como ciência, tecnologia, infraestrutura, economia criativa, mão de obra qualificada e empreendedorismo.

Baixe o app do g1 para ver notícias do AP em tempo real e de graça

Especialistas veem esse crescimento como uma oportunidade de expansão no mercado de inovação. Para eles, o fortalecimento das startups tem papel decisivo no avanço do Amapá.

"O crescimento da inovação no Amapá, com forte ancoragem nas políticas públicas estadual e municipais de Macapá e Santana, nos últimos anos, tem relação direta com o emergente sistema de startups, importante para falarmos em avanços da livre iniciativa. Esse avanço é ainda mais relevante porque são estados fora do eixo tradicional da inovação, mostrando uma desconcentração regional e maior equilíbrio no desenvolvimento nacional", detalhou o professor Daniel Chaves, Coordenador do Mestrado em Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

O especialista também destaca o investimento em instituições de ciência e tecnologia no Amapá. Esses espaços formam profissionais e desenvolvem pesquisas que podem virar novos negócios.

A socioeconômica também ganha espaço nesse cenário. Essa área aposta em uma economia sustentável, com foco em pesquisas voltadas para o reaproveitamento de materiais na indústria.

"O Amapá tem avançado rápido em seu desenvolvimento. Isso se deve à estadualização recente, que trouxe mais autonomia, e à entrada do estado em novas rotas de produção e exportação", explicou Daniel.

Veja números da região Norte no IBID 2025:

17º Amazonas ganhou duas posições

20º Tocantins perdeu uma posição

22º Pará se manteve estável

23° Amapá ganhou duas posições

24° Roraima se manteve estável

Acre subiu duas posições não especificadas

Startup do AP gera renda para ribeirinhos com calçados feitos do látex de seringueiras da Amazônia

Startup criada por pesquisadora do Amapá gera plantas que podem ser resistentes à pragas

Startup do Amapá que monitora peixes com IA vence desafio nacional e vai representar o Brasil no exterior

Balanço da Expofeira do Amapá aponta mais de R\$ 1,1 bilhão em geração de negócios

Mercados das startups O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem cerca de 178 mapeadas em todo o Estado. A maior concentração dessas empresas é na capital Macapá. O mercado é visto como uma nova alternativa de empreendimento.

O que é uma startup? empresa em estágio inicial, caracterizada pelo modelo inovador. Esse tipo de negócio busca crescimento acelerado para resolver um problema de mercado, na maioria das vezes utilizando tecnologia.

O Amapá, por se tratar de uma região com 21 unidades de conservação (UC), o que corresponde a cerca de 50% da área total do Estado, faz com que a bioeconomia seja um dos destaques do setor.

Os recursos disponíveis no Amapá estão sendo usados na produção de produtos exportados também pa-

Continuação: Startups impulsionam Amapá no ranking nacional de inovação

ra o mercado internacional.

Em um dos casos, a startup Engenho Café de Açaí reutilizou na produção nos últimos quatro anos, mais de 200 toneladas de caroços do fruto. A empresa surgiu com o propósito de dar um novo destino aos resíduos do "Ouro Negro" da Amazônia e hoje tem a capacidade de produzir até 6 toneladas de café.

"Durante os últimos quatro anos de operação, já reaproveitamos mais de 200 toneladas de resíduos de açaí. Nós estamos alinhados com oito das 17 ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), então isso é muito importante. Tem a questão da Amazônia, que é um apelo muito forte." afirma o empresário Lázaro Gonçalves.

O café de açaí é certificado com o Selo Amapá e a empresa já exportou 2 toneladas do produto para os Estados Unidos (EUA).

O Presidente da Associação Brasileira de Startups (Abstartups), Lindomar Góes, ao destacar o crescimento acelerado do setor no Estado atribui o avanço a atuação conjunta de vários setores.

"Essa parceria tem colocado o Amapá no radar nacional de inovação. Estamos vendo surgir startups cada vez mais competitivas, que não apenas resolvem desafios regionais, mas também têm potencial de expansão para todo o país", disse.

Veja o plantão de últimas notícias do g1 Amapá

VÍDEOS com as notícias do Amapá:

Spotify toma medidas para aumentar transparência e conter abusos da IA

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Eduardo Bolsonaro diz a líder de PL que alternativas à anistia só aumentarão sua ação nos EUA Eduardo Bolsonaro diz a líder de PL que alternativas à anistia só aumentarão sua ação nos EUA

Plataforma recomendou a músicos e produtores que se ajustem a um novo padrão que permite incluir na descrição de uma canção se foi feita completamente com IA, parcialmente ou se não houve utilização. O Spotify apresentou nesta quinta-feira medidas adicionais para incentivar artistas e editoras a serem mais transparentes sobre o uso da inteligência artificial em suas produções e limitar certos abusos.

Acusada em várias ocasiões de falta de transparência em matéria de IA, a plataforma recomendou a músicos e produtores que se ajustem a um novo padrão desenvolvido pela organização profissional DDEX, que quantifica o uso dessa tecnologia.

Desde o início de 2025, o DDEX permite incluir na descrição de uma canção se foi feita completamente com IA, parcialmente ou se não houve utilização.

Uma vez integrados esses metadados (informações adicionais além dos dados básicos), "começaremos a mostrá-los no aplicativo", prometeu Sam Duboff, diretor de marketing musical do Spotify.

O sistema funciona de forma voluntária e o Spotify não exige que quem sobe conteúdos na plataforma indique o papel da IA em sua produção.

- No começo, as pessoas tinham uma visão binária: é IA ou não é - explicou durante uma apresentação Charlie Hellman, executivo do Spotify. - Mas, na realidade, vemos que é usada de muitas maneiras diferentes, em todas as etapas do processo - continuou.

O Spotify não quer "punir os artistas que usam a IA de maneira autêntica e responsável", disse Hellman. Segundo Duboff, "mais de 15 selos e distribuidores" já se comprometeram com a plataforma a adotar a nomenclatura do DDEX.

Até agora, o Deezer é a única grande plataforma de áudio que sinaliza sistematicamente os títulos gerados inteiramente por inteligência artificial.

Em junho, a repentina popularidade do The Velvet Sundown, um grupo musical gerado por IA, trouxe o tema à tona. Uma de suas canções superou os três milhões de reproduções no Spotify. Naquela época, ao ser consultado pela AFP, o Spotify negou qualquer intenção de permitir que prosperem canções produzidas por IA para não pagar **direitos** autorais.

Quanto às músicas identificadas pelo Spotify como criadas integralmente por IA generativa, "sua audiência é mínima", afirmou Duboff. "Realmente é

Continuação: Spotify toma medidas para aumentar transparência e conter abusos da IA

uma pequena porcentagem de reproduções".

- Em geral, quando a música não requer muito esforço para ser criada, tende a ser de má qualidade e não encontra público - argumentou.

Em relação à IA, acrescentou, o Spotify quer enfrentar "atores mal-intencionados" que utilizam essa tecnologia para destacar seu conteúdo no aplicativo, especialmente manipulando algoritmos de busca e recomendação.

A plataforma também anunciou nesta quinta-feira que atualizou sua normativa para que fique "mais claro o fato de que não é permitido o uso de IA não autorizado, (...) de deepfakes ou outras réplicas ou imitações" sem acordo.

O conteúdo afetado "será eliminado do Spotify", assegurou Duboff. Mais recente

Próxima

iFood e 99Food dizem que são vítimas de tentativa de espionagem

UOL



Consultorias internacionais estão procurando funcionários de aplicativos de entregas no Brasil para oferecer dinheiro em troca de informações sobre seus negócios. A maioria delas tem sede na China, mas há também empresas sediadas no Japão, nos Estados Unidos e no Brasil. Só para assinantes iFood afirma ser vítima de espionagem; consultorias oferecem pagamento por uma hora de conversa. Imagem: IfoodCarregando player de áudio Consultorias internacionais estão procurando funcionários de aplicativos de entregas no Brasil para oferecer dinheiro em troca de informações sobre seus negócios.

A maioria delas tem sede na China, mas há também empresas sediadas no Japão, nos Estados Unidos e no Brasil.

Segundo o UOL apurou, funcionários do iFood e do 99Food receberam propostas que vão de US\$ 250 a US\$ 400 por conversas em vídeo de uma hora para fornecerem informações estratégicas das empresas em que trabalham.

Uma das mensagens vistas pela reportagem fala em pagar até R\$ 5.500 a um executivo de alta cúpula das empresas de app, em troca de uma conversa de uma hora (abaixo).

As consultorias buscam informações como número de usuários, divisão de fatias de mercado, receita e custo de cada pedido, além de dados sobre mecanismos de

medição do desempenho da operação.

Até entregadores são procurados com pedidos de envio de informações sobre suas entregas. Uma foto das rotas percorridas em um dia vale R\$ 5.

A reportagem teve acesso a pelo menos 170 mensagens enviadas por mais de 30 consultorias diferentes a funcionários do iFood.

Outras dezenas de mensagens foram enviadas a empregados de diferentes setores do 99Food, de acordo com funcionários da empresa.

Cone mostrou o UOL no início do mês, . Atualmente, o iFood lidera o setor, seguido pelo Rappi.

Mas duas gigantes chinesas - a 99Food, controlada pela chinesa DiDi Global, e a Keeta, controlada pela Meituan - desembarcaram nas últimas semanas dispostas a roubar uma fatia deste mercado.

Das 170 mensagens obtidas pela reportagem, 139 foram enviadas por quatro empresas. A Six Degrees Intelligence enviou 52; a Archer, 41; a BCC, 36; e a CIC, dez.

O UOL procurou todas elas por email e por meio de seus perfis no LinkedIn, mas não obteve respostas até a publicação desta reportagem.

Apenas uma mensagem obtida pela reportagem traz a assinatura de um consultor que diz trabalhar para uma firma contratada pela Keeta.

Em nota, a empresa negou ter relações com a consultoria e disse que "não contrata empresas para abordar pessoas em seu nome para os fins citados pela reportagem".

Continuação: iFood e 99Food dizem que são vítimas de tentativa de espionagem

"A Keeta adota as melhores práticas de mercado para o recrutamento de talentos, em conidade com todas as exigências locais", afirma.

Newsletter

Reportagens especiais e exclusivas com o selo, o melhor do jornalismo do UOL

Imagem: Arte/UOLO 99Food inou que seus funcionários também receberam mensagens de consultorias internacionais, mas não soube dizer quantas pessoas foram abordadas e nem quantas mensagens foram enviadas.

A empresa negou contratar consultorias para procurar funcionários do iFood. Em nota, o aplicativo se disse "uma empresa brasileira com profundo entendimento do mercado brasileiro".

"A 99 afirma que não está conduzindo ou participando de qualquer iniciativa que envolva a interação com profissionais do mercado de delivery com o intuito de realizar consultoria ou qualquer tipo de obtenção de inações", diz a nota.

Funcionários da 99 na China também têm sido abordados por consultorias, cone o relato de um profissional.

Por meio de nota, o iFood confirmou que seus funcionários vêm sendo abordados e chamou o caso de "espionagem corporativa". Disse que "está sendo alvo de um ataque coordenado e sistemático de consultorias".

O app encaminhou notificações extrajudiciais às empresas solicitando que parem de procurar seus funcionários.

As abordagens são consideradas ilegais e desleais pelos departamentos jurídicos e de compliance das empresas.

No Brasil, a Lei de **Propriedade** Intelectual tipifica como crime de concorrência desleal dar, prometer ou receber dinheiro ou "outra utilidade" em troca de oferecer vantagem a algum concorrente.

Também é crime se beneficiar de inações e dados confidenciais obtidos em razão do emprego ou de relação contratual.

O Código Penal ainda tipifica o crime de violação de segredo profissional.

A pena é prisão de três meses a um ano ou multa nos três casos.

Mais de R\$ 5.000 por uma entrevista de empregoA mensagem em que o consultor se identifica como intermediário da Keeta foi enviada por email a um executivo do iFood no primeiro semestre deste ano.

O consultor se apresentou como recrutador (headhunter) da consultoria GSR Technology, que tem sede em Shenzhen, na China. Ofereceu entre R\$ 4.000,00 e R\$ 5.500 para uma conversa de uma hora por meio do aplicativo Zoom.

Imagem: Arte/UOLA proposta insinuava um convite para participar de um processo seletivo e também a realização de uma entrevista.

Segundo o recrutador, o assunto da conversa seria a montagem de um time local de Pesquisa e Desenvolvimento da Keeta.

"Você estaria interessado em conversar com eles e dar alguns conselhos?", pergunta o recrutador, no email.

"Haverá grandes oportunidades para você com um pacote muito competitivo!!!", conclui a mensagem, com três exclamações.

Procurada, a GSR Technology não respondeu à tentativa de contato até a publicação desta reportagem.

Continuação: iFood e 99Food dizem que são vítimas de tentativa de espionagem

Abordagem padrãoO email não segue o padrão observado pela reportagem em outras mensagens.

Quase todas foram enviadas pelo LinkedIn e nenhuma falava em processo seletivo.

As ofertas enviadas pelas consultorias são sempre feitas de forma clara: participar de uma reunião virtual de uma ou duas horas para responder a perguntas sobre o negócio do empregador do destinatário das mensagens em troca de dinheiro.

Em algumas abordagens, como as da consultoria Arches, as perguntas são menos específicas e falam mais de estratégia.

A empresa tem sede em Tóquio, mas escritórios em Xangai, Hong Kong, Singapura, Vietnã e Coreia do Sul, além de Uzbequistão e Bogotá, na Colômbia.

A consultoria quer saber o número de usuários do iFood separados por classe social, o crescimento do uso da plataforma nos últimos 24 meses e a lógica de precificação da taxa cobrada do consumidor pelo iFood.

Em algumas mensagens, a consultoria pergunta se o profissional acredita que os comerciantes estariam dispostos a dividir o custo dessa taxa com os consumidores.

No caso da Archer, algumas mensagens falam em remuneração de US\$ 350 por hora. Em outras, é pedido que o funcionário do iFood diga quanto pretende cobrar, caso aceite participar da conversa.

Mas há casos de perguntas específicas, como a maioria das mensagens da Six Degrees Intelligence, empresa com sede em Pequim.

Nas abordagens, as perguntas vão desde quais as métricas usadas para medir o desempenho financeiro da empresa e as estratégias de mercado até questões mais específicas do setor.

Imagem: Arte/UOLAs abordagens da BCC Global (sigla para Business Connect China) falam ainda sobre o uso de chatbots de inteligência artificial no mercado brasileiro, "incluindo impacto nas vendas de pedidos de comida para viagem pelo WhatsApp, autoresponder e gerenciamento de produtos para serviços de comida para viagem".

Perguntam ainda sobre os principais participantes do mercado, volume de pedidos, número de comerciantes cadastrados, cobertura das cidades, "taxas e modelos de cooperação no mercado brasileiro de SaaS [software como serviço, na sigla em inglês] para restaurantes".

Imagem: Arte/UOLA reportagem teve acesso ainda a uma mensagem em que uma consultora da BCC pergunta detalhes sobre as relações do iFood com o McDonald's e com o Burger King - quer saber sobre "zonas de marca" e detalhes de campanhas de marketing, como público alvo, compra de mídia, retorno sobre investimento e retenção de usuários.

Oferece US\$ 300 por hora de conversa por telefone, com pagamento depositado em até 15 dias úteis.

Em nota, o Burger King disse não ter qualquer relação com a BCC. O McDonald's foi procurado, mas não respondeu aos questionamentos até a publicação desta reportagem.

Imagem: Arte/UOLNo BrasilEntre as consultorias identificadas pela reportagem, há seis brasileiras. Nesses casos, a oferta não especifica valores a serem pagos em troca de informações.

A que chega mais perto disso é a consultoria Verus Nexus, com sede em São Paulo. Nas mensagens enviadas a funcionários do iFood, os representantes da firma perguntam se o profissional poderia participar de uma consultoria remunerada de uma hora.

Em nota, a Verus Nexus disse que não comentaria o caso.

Continuação: iFood e 99Food dizem que são vítimas de tentativa de espionagem

"Por política de confidencialidade, não comentamos, confirmamos ou negamos relações com clientes, projetos específicos, comunicações privadas, volumes de contatos ou cronogramas".

Os consultores da Compass Advisors, também com sede em São Paulo, registraram nas mensagens enviadas a funcionários do iFood que trabalham para fundos de investimento "que adorariam ouvir suas perspectivas sobre o segmento de farmácia por uma lente de e-commerce/delivery".

A empresa disse ao UOL que "nunca teve contrato" com a DiDi Global ou com a Meituan. Afirmou que trabalha com fundos de investimentos que a contratam "de a recorrente para pesquisa, diligência e projetos estratégicos".

"Em uma ocasião, houve uma demanda sobre o crescente uso de entregas/marketplaces para farmácias que levou à busca por líderes do setor (incluindo diferentes players de delivery). O próprio iFood nos inou que não havia problema na abordagem em si,

mas que seus colaboradores não poderiam participar", conclui a nota.

A empresa inou ainda que consulta profissionais de maneira diversificada, e não apenas empregados de determinada companhia.

As conversas, diz a Compass, não abordam temas sensíveis e são sempre confidenciais e estruturadas.

"Os especialistas recebem previamente o tema e o interlocutor para avaliar se estão confortáveis e sem conflito com eventuais não-competes [proibição de trabalhar para concorrentes] ou NDAs [cláusulas contratuais que proíbem a divulgação de determinadas informações]", afirma.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 7, 14

Direitos Autorais
3, 12

Arbitragem e Mediação
6

Marco regulatório | INPI
7, 10

Patentes
8